



# **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**

**PARECER ASCONT Nº.: 307/2009**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 064/2009**

**PROCESSO Nº.: 1.252/2009**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS PARA ESTAGIÁRIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.**

**RECORRENTE: MBM SEGURADORA S/A**

**RECORRIDAS: FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A E ROYAL SUNNALIANCE SEGUROS S/A**

**DATA: 18.11.2009**

**ASSUNTO: RECURSO**

Senhor Pregoeiro

Com vistas a subsidiar a decisão de Vossa Senhoria, apresentamos a análise acerca do Recurso interposto, legítima e tempestivamente, pela empresa MBM Seguradora S/A diante de seu inconformismo com a decisão que declarou a empresa Federal Vida e Previdência S/A classificada em primeiro lugar no certame licitatório em referência.

Apresentamos, abaixo, em suma, as alegações da Recorrente:

"(...) 1º) Federal Vida e Previdência S/A - no corpo de sua proposta informa:

"Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar serviços de seguro personalizado de morte natural, acidentes pessoais e coletivos de estagiários do TJMG."

Haja vistas (*sic*) na proposta da licitante acima, se caracterizam dois vícios:

- A cobertura acima mencionada não abrange aos requisitos do edital, sendo que o mesmo solicita "Contratação de empresa especializada para realizar serviços de seguro de ACIDENTES PESSOAIS" e não Morte Natural;

- A proposta também apresenta-se com a definição de seguro personalizado, sendo que o edital solicita seguro coletivo e não seguro personalizado como configurado pela licitante;

2º) Royal Sunnliance Seguros S/A - no corpo de sua proposta informa:

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar serviços de seguro personalizado de acidentes pessoais para estagiários do TJMG."

Haja vistas (*sic*) na proposta da licitante acima, se caracteriza o vício:



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

- A proposta apresenta-se com a definição de seguro personalizado, sendo que o edital solicita seguro coletivo e não seguro personalizado como configurado pela licitante; Senhores desta (...) Comissão (...) a classificação destas empresas esta (sic) convictamente em desacordo ao edital, pois ambas não atendem ao item 1 do referido edital (...). Nossa empresa não acusa aqui esta (...) Comissão (...), mas somente traz para a realidade o entendimento de uma classificação como esta, totalmente indevida e embasada na subjetividade.

Ao final, requer que as propostas das empresas recorridas sejam desclassificadas por não atenderem o edital.

### **I – DA QUESTÃO PRELIMINAR:**

Da não aplicação da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 como fundamento para o recurso.

A Recorrente alega em sua peça recursal o seguinte:

**"MBM SEGURADORA S/A (...)** vem, respeitosamente, à presença desse eminente Pregoeiro Público, interpor **RECURSO**, forte na forma da Lei 8.666/1993 artigo 109, Inciso I Alínea B contra a Proposta Comercial apresentada pelas empresas: Federal Vida e Previdência S/A e Royal Sunnalliance Seguros S/A à prestação de serviços de seguro de acidentes pessoais para estagiários deste Tribunal (...), como a seguir explicita e requer nas razões em anexo.

#### **Lei 8.666/93 – Artigo 109, Inciso I Alínea B**

**Art. 109 – Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:**

**I – recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:**

**...;**

#### **b) julgamento das propostas;**

(...)

Senhores desta Douta Comissão de Licitação a classificação destas empresas esta (sic) convictamente em desacordo ao edital, pois ambas não atendem ao item 1 do referido edital e conforme Decreto 5.450/2005 Artigo 11, inciso IV e Artigo 22 inciso 2º.

(...)

Nossa legislação é muito sábia e visando afastar dúvidas e questionamentos quanto aos aqui apresentados transcrevemos:

#### **Lei 8.666/93**



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

**Art. 43 - A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:**

...

**IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente (...)**

**V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital:**

...

**Art. 44 - No julgamento das propostas, a comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais (...)**

Diante do exposto fica claro e comprovado que as empresas (...) apresentaram sua Proposta Comercial em desacordo com o cumprimento do presente Edital de Licitação.

**Lei 8.666/1993 - Artigo 41**

**Art. 41 - A Administração não pode descumprir as normas e condições (...)**

**§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito (...)**

**Art. 45 - O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou o responsável pelo convite (...)**

Nossa empresa MBM Seguradora S.A., (...) vem à presença desta Douta Comissão de Licitação pedir:

A desclassificação da proposta das empresas (...), pois as mesmas apresentaram definições divergentes ao edital, caracterizando assim ofertas de outros serviços diferentemente ao do edital.

**Art. 48 - Serão desclassificadas:**

**I - as propostas que não atendam às exigências (...)"**

*A priori*, entendemos, *s.m.j.*, que a aplicação do Decreto Federal nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, não incide sobre os procedimentos administrativos desta Casa.

Segundo o Exmo. Sr. Juiz Jair Eduardo Santana<sup>1</sup>, em sua obra sobre o Pregão, os âmbitos de aplicação das normas citadas pela Recorrente são diferentes:

<sup>1</sup> SANTANA, Jair Eduardo. Pregão Presencial e Eletrônico: Manual de Implantação, Operacionalização e Controle, 2. Ed., ver. E atual., nos termos do Estatuto das Microempresas (Lei Complementar nº. 123/06. Belo Horizonte: Fórum, 2008, págs. 48/50

*[Handwritten signatures and initials]*



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

"(...) advirta-se que se a Lei nº 10.520, de 2002, é também Lei Nacional (de cunho geral, tal qual a Lei nº. 8.666/93, de 1993). **Fica evidente que o regulamento expedido por um determinado núcleo político autônomo não pode obrigar indistintamente todas as demais partes integrantes da Federação.**

Seja como for; é na mencionada Constituição Federal que está o permissivo para o Chefe do Poder regulamentar a lei (art. 84, inciso IV).

(...)

A ordem jurídica pátria não permite violação ao princípio da legalidade (lei formal). (...) e, por isso mesmo, ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer algo a menos que o seja em virtude de lei.

Em tal dimensão, a lei é fruto da expressão da vontade popular.

**Os regulamentos não possuem tal característica, porque são unipessoais.**

(...)

A subordinação (sob aspecto dos destinatários) aos decretos mencionados é igualmente tema constitucional.

**Se um Estado ou Município possui regulamentos próprios (para pregão presencial e eletrônico, por exemplo), estará afastada por completo a incidência dos atos editados pelo Chefe do Executivo federal.**

(...)

Em resumo, há que se lembrar que a Federação brasileira adota o princípio da separação das funções estatais, conforme preceitua o artigo 2º da Constituição Federal. Deste modo, as funções legislativa, executiva, judiciária, as atividades de controle dos Tribunais de Contas e as de defesa do Ministério Público, são exercidas com independência pelos entes, que têm autonomia, dentro dos limites (constitucional e infraconstitucional) previstos, para disciplinarem suas atividades.

A independência e autonomia, como se sabe, não ocorrem apenas em âmbito orgânico, mas também no espacial, pois Municípios, Estados-membros, Distrito Federal e União compõem um Estado Democrático, no qual estes atributos lhe são inerentes."

Destarte, verificamos que a norma federal citada pela Recorrente não se aplica a esta Administração, posto que o nosso Estado possui regulamentação própria.



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Noutro giro, a Lei Estadual nº. 14.167 de 10 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a adoção, no âmbito do Estado, do pregão como modalidade de licitação para a aquisição de bens e serviços comuns, reza o seguinte:

"Art.9º - Na fase externa do pregão, que se iniciará com a convocação dos interessados, será observado o seguinte:

(...)

XVI - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, após o que lhe será concedido **o prazo de três dias úteis para apresentação das razões do recurso**, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

**Art. 14 - Aplicam-se, subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 9.444, de 25 de novembro de 1987."** (grifo nosso)

O Decreto Estadual nº. 44.786, de 18 de abril de 2008, que regulamenta a legislação supramencionada repete as citadas regras, apenas detalhando o assunto no caso do Pregão Eletrônico:

"Art. 13 O pregão na forma eletrônica observará as seguintes regras:

(...)

XLI - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, no prazo de dez minutos ou outro prazo informado no edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio, sendo-lhe concedido o prazo de três dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contra-razões dentro de igual prazo, a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

(...)

**Art. 23. Aplicam-se a este Decreto, subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e suas respectivas alterações."** (grifo nosso)"

O instrumento convocatório, por sua vez, traz a seguinte norma acerca do "Recurso", a qual está em perfeita consonância com a legislação acima mencionada:

### "7. DO RECURSO

**7.1.** Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá o prazo de 15 (quinze) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso."

Assim, verificamos que a Recorrente se equivocou quando citou a Lei Geral de licitações, a de nº. 8.666/93, ao invés de citar a legislação específica sobre o assunto, haja vista que as regras insertas na Lei nº. 8.666/93 só se aplicam subsidiariamente à modalidade Pregão.

Neste sentido, aclaramos abaixo em que momento podemos utilizar da Lei Geral de Licitações, quando da licitação na modalidade Pregão, de acordo com o entendimento da Consultoria NDJ<sup>2</sup>:

**"Em regra, aplicam-se ao pregão as normas da Lei nº. 10.520/02, diploma legal que conta com 13 artigos. Já a Lei nº. 8.666/93 tem 126 artigos.**

**No entanto, em caso de omissão da Lei nº. 10.520/02, o aplicador deverá recorrer à Lei nº. 8.666/93, desde que compatível com o pregão.**

(...)

Portanto, no que tange ao pregão, em princípio, deve-se obedecer a Lei nº. 10.520/2002. Nas situações em que ela for omissa, deve-se recorrer às normas e às soluções da Lei nº. 8.666/93. **Nos casos em que houver contradição entre a Lei nº. 10.520/2002 e a Lei nº. 8.666/93, deve prevalecer a primeira, porque especial, cujo conteúdo versa precisamente sobre a modalidade pregão.**

(...)

Aplicar a modalidade pregão com olhos voltados ao velho, à Lei nº. 8.666/93, faz dela, da modalidade pregão, algo velho, impedindo a Administração Pública de auferir todas as suas vantagens e potencial.

**A aplicação da Lei nº. 8.666/93 subsidiariamente à Lei nº. 10.520/2002 deve ser exceção, não regra. A regra é que o pregão seja regido pela Lei nº. 10.520/2002. A Lei nº. 8.666/93 deve ser aplicada subsidiariamente, excepcionalmente, nas situações em que a Lei nº. 10.520/2002 realmente for omissa."**

Neste contexto, o que se constata é que com relação ao recurso administrativo, as regras da Lei nº. 8.666/93 e as da Lei nº. 14.167/02 (ou da Lei Federal) são diferentes, o que obriga à Administração e os licitantes a aplicar a legislação específica.

Joel de Menezes Niebuhr<sup>3</sup> faz em sua obra uma síntese comparativa entre a sistemática recursal das Leis nºs. 8.666/93 e

<sup>2</sup> Consultoria NDJ. Teoria e Prática das Licitações e Contratos. Panorama Atual da Modalidade Pregão no Direito Brasileiro. Antônio Simeão Ramos, págs. 987 a 989



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

10.520/02 (a Lei Estadual possui a mesma regra, com a diferença que esta prevê prazo de três dias úteis para interposição do recurso, enquanto que a Lei Federal, três dias corridos.), a que pedimos vênua para trazer ao presente Parecer:

**"Vê-se que a sistemática recursal do pregão é bem diferente da prevista na Lei nº. 8.666/93, incidente em todas as demais modalidades de licitação. Entre tantas diferenças, frisam-se as seguintes:**

- a) No pregão há apenas uma oportunidade para interpor recursos, depois da habilitação. Já nas modalidades regidas pela Lei nº. 8.666/93, os licitantes dispõem de duas oportunidades, uma em relação à decisão sobre a habilitação e outra no tocante à decisão sobre o julgamento.
- b) No pregão, os licitantes, para interpor recurso, precisam estar presentes na sessão. Nas modalidades regidas pela Lei nº. 8.666/93, os licitantes não precisam estar presentes, e a Administração é obrigada a intimá-los, por meio de publicação da respectiva decisão na imprensa oficial.
- c) No pregão, os licitantes, além de estar presentes, devem imediatamente manifestar a intenção de recorrer e os motivos do recurso. Noutro lado, nas modalidades regidas pela Lei nº. 8.666/93, tais formalidades não são exigidas, uma vez que os licitantes nem sequer precisam estar presentes à sessão.
- d) No pregão, o prazo para a interposição de recursos é de 3 (três) dias corridos, enquanto que na Lei nº 8.666/93 o referido prazo é de 05 (cinco) dias úteis ou, para a modalidade convite, 2 (dois) dias úteis.
- e) No pregão, os demais licitantes já são intimados do recurso na própria sessão, momento em que lhes é outorgado o prazo de 3 (três) dias, a partir do final do prazo que dispõe o licitante recorrente, para se manifestarem sobre o recurso. Na sistemática da Lei nº. 8.666/93, a Administração, depois de receber os recursos, deve intimar os demais licitantes, que dispõem, a partir da intimação, de 5 (cinco) dias úteis ou, no caso da modalidade convite, de 2 (dois) dias úteis, para se manifestarem sobre o recurso.

Acrescente-se, ainda, no que pertine aos demais dispositivos da Lei nº. 8.666/93 citados pela Recorrente, entendemos, *s.m.j.*, que o assunto está devidamente regulamentado no Decreto Estadual nº 44.786/2008, como se constata pela leitura de vários incisos do art. 13 desta norma, motivo pelo qual, neste particular, também não utilizamos da Lei nº. 8.666/93.

Por fim, verificamos que em mais de uma oportunidade, a Recorrente usou a expressão "Douta Comissão", o que está em desacordo com o procedimento em curso, haja vista tratar-se de

<sup>3</sup> NIEBURH, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zênite, 2008, pag. 347/348



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

licitação na modalidade Pregão. Assim, o endereçamento correto seria ao Pregoeiro, sendo uma de suas atribuições prevista no inc. XIII do art. 9º do Decreto Estadual receber e examinar os recursos e encaminhá-los à autoridade competente se for o caso.

Suscitada a questão preliminar, passemos à análise do mérito recursal propriamente dita.

### II - DO MÉRITO:

*Ab initio*, cumpre registrarmos os termos editalícios em referência, no tocante aos pontos ora consignados. Senão vejamos:

#### "1.OBJETO

Contratação de empresa especializada para realizar **serviços de seguro de acidentes pessoais** para estagiários do TJMG, com coberturas e demais especificações conforme detalhamento constante do Termo de Referência deste Edital (Anexo I).

(...)

Anexo I – Termo de Referência

(...)

8. Relação das Hipóteses de **Cobertura** e Tabela para Cálculo de Indenização

8.1 – Capital Segurado:

- **Morte Acidental:** Mínimo de R\$ 15.000,00

- **Invalidez permanente total ou parcial por acidente:** Mínimo de R\$ 15.000,00" (grifo nosso)

Noutro giro, a justificativa do setor requisitante para a referida contratação, de acordo com o item 3 do Anexo I – Termo de Referência -, se baseia nas exigências da Lei Federal nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, dentre outras providências e da Portaria-Conjunta nº. 133, de 15 de dezembro de 2008 desta Casa, abaixo transcritas:

Lei 11.788/08:

"(...)

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

(...)





## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso; “

Portaria-Conjunta nº. 133/2008:

“(…)

Art. 6º. O estagiário fará jus a:

(…)

III – **seguro contra acidentes pessoais** contratado pelo Tribunal” (grifo nosso)

Assim, resta hialino o motivo da contratação em tela, ou seja, atender os normativos supracitados, sendo que o tipo de seguro já foi previamente definido na legislação específica, qual seja, é dever do Tribunal contratar seguro contra acidentes pessoais para o estagiário.

No entanto, e por equívoco do setor requisitante, quando da publicação do edital, o objeto a ser licitado era a “contratação de empresa especializada para realizar serviços de seguro personalizado de morte natural, acidentes pessoais e coletivos de estagiários deste Tribunal”.

Assim, após a constatação pela Administração de que as especificações técnicas estavam em desacordo com a legislação supramencionada e com base, também, nos pedidos de esclarecimentos de interessados em participar do certame, procedeu-se ao adiamento da sessão pública com vistas à correção das características do objeto.

Neste diapasão, verificamos que um dos pedidos de esclarecimentos encaminhados ao Tribunal foi justamente da licitante vencedora, que questionou por e-mail o seguinte:

“Prezado Pregoeiro,

Vimos, por intermédio da presente, em aditamento ao e-mail anterior e conforme análise de nossa área técnica, informar que caso permaneça a cobertura de MORTE NATURAL, o Edital passa a ter erro técnico, pois o seguro deixa de ser ACIDENTES PESSOAIS, para de ser de VIDA EM GRUPO E ACIDENTES PESSOAIS. **O seguro de ACIDENTES PESSOAIS não prevê cobertura para MORTE NATURAL.**

(…)” (grifo nosso)

Acrescente-se, ainda, os termos da proposta da referida empresa apresentada à licitação:

“(…) apresentamos (…) nossa proposta relativa a Licitação em epígrafe, **assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros** ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

(...) Declaramos ter pleno conhecimento do Edital; submissão às condições nele estabelecidas (...)

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para realizar serviços de **seguros de acidentes pessoais** para estagiários do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. (...)

**COBERTURA: Morte Acidental e Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente.** A cobertura deve abranger acidentes pessoais ocorridos com o estudante durante o período de vigência do estágio, 24 horas/dia, no território nacional.

(...)

### COBERTURAS E GARANTIAS

LOTE ÚNICO	OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar serviços de seguro personalizado de morte natural, acidentes pessoais e (...)	VALOR TOTAL DO PRÊMIO
	COBERTURAS: MA: R\$ 15.000,00 IPA: R\$ 15.000,00	R\$ 11.832,00
VALOR TOTAL DO PRÊMIO POR EXTENSO: (...)		

(...)” (grifo nosso)

Destarte, pela análise dos termos do e-mail acima citado e da proposta comercial apresentada pela licitante vencedora, não restam dúvidas a esta Administração de que o equívoco da empresa demonstrado no quadro inserto em sua oferta de preços não tem o condão de maculá-la, tratando-se apenas de erro material.

Saliente-se, por oportuno, que as coberturas constantes no quadro acima são exatamente aquelas que o instrumento convocatório exige.

Com relação à proposta da empresa Royal Sunnalliance Seguros S/A, classificada em segundo lugar, também não há óbice em aceitá-la como válida, considerando que a licitante seguiu o modelo do Anexo II (modelo de proposta comercial), que por equívoco contém a redação original, anterior à alteração das especificações técnicas. Mais uma vez, entendemos, *s.m.j.*, se tratar de erro material.

Acerca do assunto e a título ilustrativo, trazemos jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça<sup>4</sup>, que trata do ‘formalismo moderado’, tendência atual adotada pelos Tribunais Superiores, senão vejamos:

### “Ementa

DIREITO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO PELO JUDICIÁRIO, FIXANDO-SE O SENTIDO E O ALCANCE DA CADA UMA DELAS E ESCOIMANDO EXIGÊNCIAS DESNECESSÁRIAS E DE EXCESSIVO RIGOR

<sup>4</sup> STJ. MS nº. 5.418/DF – Primeira Seção. Relator: Demócrito Reinaldo; Data do julgamento: 25.03.98)



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

**PREJUDICIAIS AO INTERESSE PÚBLICO. POSSIBILIDADE. CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA ESSE FIM. DEFERIMENTO.**

O Edital, no sistema jurídico-constitucional vigente, constituindo lei entre as partes, é norma fundamental da concorrência, cujo objeto é determinar o objeto da licitação, discriminar os direitos e obrigações dos intervenientes e do Poder Público e disciplinar o procedimento adequado ao estudo e julgamento das propostas.

**Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao edital não é absoluto, de tal forma que impeça o Judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regências e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a Administração.**

(...)

O valor da proposta grafado somente em algarismos – sem a indicação por extenso – constitui mera irregularidade de que não resultou prejuízo, insuficiente, por si só, para desclassificar o licitante.

**A ratio legis que obriga, aos participantes, a oferecerem propostas claras é tão só a de propiciar o entendimento à Administração e aos administrados. Se o valor da proposta, na hipótese, foi perfeitamente compreendido, em sua inteireza, pela Comissão Especial (e que se presume de alto nível intelectual e técnico), a ponto de, ao primeiro exame, classificar o Consórcio Impetrante, a ausência de consignação da quantia por extenso constitui mera imperfeição, balda que influenciou na decisão do órgão julgador (Comissão Especial) que teve a idéia e percepção precisa e indiscutível do quantum oferecido.**

**O formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes.**

**Segurança concedida. Voto vencido. (grifamos)**

Destarte, entendemos que a licitante declarada vencedora apresentou a proposta comercial mais vantajosa para a Administração e por este motivo o simples erro de redação averiguado nesta foi apenas um lapso facilmente superável.

Não há que se falar em “classificação indevida e embasada na subjetiva” das empresas Recorridas como declara a Recorrente, haja vista que o critério adotado não foi mais que o previsto na legislação e em consonância com as regras fixadas no edital, com fundamento nos



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da economicidade, dentre outros.

### III – DA CONCLUSÃO:

De todo o exposto, esta Assessoria opina, *s.m.j.*, pela manutenção incólume da decisão de Vossa Senhoria que declarou a empresa FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A ora Recorrida, vencedora do certame, eis que prolatada nos estritos termos do ordenamento jurídico vigente.

À sua elevada e criteriosa apreciação.

  
Luciana Reis Leonardo  
Assessora Jurídica

  
Adriana Lage de Faria Navarro  
Assessora - ASCONT

### DECISÃO DO PREGOEIRO:

Com base nos fundamentos do Parecer da ASCONT, mantenho a decisão que declarou vencedora do certame a empresa FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A. Encaminhem-se os autos à DIRSEP para análise do recurso. Em 18/11/2009.

  
José Carlos Barbosa de Oliveira  
Pregoeiro

### DESPACHO DA DIRSEP:

Adotando os fundamentos do Parecer da ASCONT, conheço do recurso, interposto tempestivamente, mas, no mérito, nego-lhe provimento, ratificando a decisão do Sr. Pregoeiro, no tocante à declaração de vencedora da empresa, ora Recorrente. Encaminhem-se os autos à GECOMP para as providências relativas ao certame. Em 18/11/2009.

  
Selma Michaelson Dias  
Diretoria-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio